

de 2.º vice-presidente, agora, criado, foi preenchido pelo Prof. PRESTON E. JAMES, da Syracuse University, cabendo ao Prof. JORGE ZARUR, do Brasil a secretaria da Comissão. A esta foi dada nova estrutura de acordo com a experiência colhida em vários países.

O novo esquema aprovado prevê a seguinte constituição:

DEPARTAMENTOS

- 1 — Geografia Física e Biogeografia
- 2 — Geografia Humana
- 3 — Geografia Regional
- 4 — Ensino e Divulgação

COMITÊS

Recursos Naturais Básicos
Colonização e Povoamento
Investigações sobre Classificação e Uso da Terra
Ensino da Geografia
Geografia da América

GRUPOS DE TRABALHO

Estudos Climáticos
Problemas de Povoamento
Geografia Urbana
Intercâmbio

Dentre as resoluções aprovadas destacam-se: — 1 — a que recomenda ao “Comitê de Recursos Naturais Básicos” a elabora-

ção de uma lista dos organismos governamentais, particulares e internacionais que se dediquem ao estudo de recursos naturais; a organização de uma bibliografia dos estudos realizados na matéria; 2 — a que recomenda o desenvolvimento dos estudos das áreas de colonização, atuais e potenciais; 3 — a que recomenda a elaboração de uma Geografia da América para pessoas de elevado nível cultural e para geógrafos profissionais; 4 — a que recomenda a inclusão nos cursos primários e secundários de Geografia, de princípios relacionados com a erosão de solos e desperdício de águas; 5 — a que recomenda um estudo das práticas do fogo nas atividades agropecuárias.

O Sr. PEDRO SÁNCHEZ, diretor-conselheiro do I.P.G.H., foi distinguido com uma medalha de ouro pelos inúmeros anos de excelentes serviços prestados à instituição, e cuja entrega lhe foi feita pelo presidente, Sr. ROBERT H. RANDALL.

Encerrou-se o certame com um banquete no Hotel Statler, em 4 de agosto, durante o qual o Sr. DALE E. DOTY, comissário federal de Energia e ex-subsecretário do Interior dos Estados Unidos, pronunciou um discurso sobre o tema “Integração de Planos para o Desenvolvimento de Recursos”.

A próxima Reunião de Consulta será celebrada juntamente com a VI Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, na Cidade do México, em 1954.

Novo Presidente do I.B.G.E.

Foi nomeado pelo senhor presidente da República, em 9 de setembro do corrente, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o desembargador FLORÊNCIO DE ABREU, que substituiu na direção deste importante órgão o general DJALMA POLLI COELHO.

A posse do novo presidente do I.B.G.E., realizou-se no gabinete do senhor ministro da Justiça, às 17 horas do dia 15 de setembro e contou com a presença de altas autoridades e de numerosos funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Dando posse ao desembargador FLORÊNCIO DE ABREU, o senhor ministro NEGRÃO DE LIMA, ressaltou a personalidade do novo presidente do órgão estatístico e geográfico

nacional, e o que o Brasil poderia esperar de sua administração, à frente de um dos mais importantes departamentos da administração pública do país.

Em seguida houve a transmissão do cargo, no gabinete da presidência do I.B.G.E., a qual foi feita pelo contra-almirante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, presidente em exercício.

Ao receber o cargo de presidente do I.B.G.E., o senhor desembargador FLORÊNCIO DE ABREU pronunciou o seguinte discurso:

“Distinguido com a confiança do preclaro presidente da República, vou ter a honra de presidir a esta instituição, cuja finalidade é, sem dúvida, das mais importantes do País, pois lhe incumbe especificamente, no que tan-

ge ao setor geográfico, a coordenação dos estudos sobre a Geografia do Brasil, articulando os serviços oficiais com os das entidades particulares e dos profissionais, no sentido de ativar uma cooperação geral para o conhecimento sistematizado e cada vez mais perfeito do território pátrio; e, sobre os vários aspectos estatísticos, a investigação e avaliação numérica dos fatos sociais, que sobremodo facilitam o desenvolvimento da Ciência Econômica e sem as quais difícil seria orientar com segurança a administração pública e o governo das nações.

Esse *desideratum* vem o Instituto conseguindo atingir, impondo-se ao aprêço público dentro e fora do País, mercê da excelência das linhas mestras de sua organização e da alta capacidade dos seus servidores, no desempenho de suas importantes atividades. Muito já tem sido realizado; todavia, como é da natureza dessas instituições, tende ela necessariamente a desenvolver e aperfeiçoar os seus múltiplos serviços, corrigindo quanto possível as suas naturais deficiências decorrentes de vários fatores peculiares ao meio brasileiro, — a grande superfície territorial, as dificuldades de comunicação e a maior ou menor densidade de população e seu grau de cultura nas diferentes regiões do País.

Estes seus serviços se desenvolvem em três planos, — federal, estadual e municipal, — distintos e autônomos, porém vinculados pelos princípios de uma bem compreendida cooperação, sob a supervisão técnica do Instituto para imprimir-lhes a conveniente uniformidade de orientação e de resultados. E dentre estes três planos, apresenta-se de indubitável relevância o município. Unidade originária e primária da organização administrativa do estado, nele encontrando-se, como observa BLACK, as raízes da civilização moderna e as fontes vivificadoras do espírito público, nele é que se há de proceder primariamente às pesquisas e coletas para a obtenção dos resultados finais. Às Agências Municipais de Estatística se atribuem, assim, “pesadas responsabilidades na obra de soerguimento e valorização da vida comunal”, e por isso, pôsto satisfatoriamente cumpridos os compromissos pelo Instituto perante as municipalidades, tem êle proclamado a conveniência de ampliar cada vez mais a política de vitalização municipal, cumprindo-lhe conferir assistência eficaz às respectivas Agências para o melhor desempenho de sua árdua e perseverante missão.

Ainda no amplo programa de aperfeiçoamento dos serviços do Instituto na esfera

da Estatística, cumpre especialmente referir à formação dos técnicos estatísticos, pois a sua raridade, como é de presumir, provém da quase ausência de cursos desta natureza. O decreto que criou o Instituto, em seu artigo 20, prescreve, aliás, que a entidade promova e mantenha cursos especiais de Estatística, “visando não só à formação ou ao aperfeiçoamento do funcionalismo de estatística nas suas várias categorias, mas ainda com objetivos de extensão universitária ou de alta cultura”. E, consoante bem reconhece o Conselho Nacional de Estatística em suas sábias resoluções, há necessidade de providências no sentido de serem esses cursos iniciados com a maior urgência possível, a fim de que o Instituto “se desobrigue cabalmente das responsabilidades que lhe foram atribuídas pelo decreto de sua criação”.

Na esfera das relações do Instituto com o exterior, as constantes solicitações dos organismos internacionais estão a exigir, como sugere o Conselho na conformidade dos planos do Instituto Interamericano de Estatística, a progressiva melhoria do pessoal técnico e do corpo de tradutores, bem como a conclusão da “Nomenclatura Brasileira de Mercadorias” nos moldes da “Standard International Trade Classification”, para destarte solver o compromisso de fornecer à O.N.U. os resultados atinentes ao comércio exterior do Brasil.

No setor geográfico do Instituto, muito já se tem realizado na sua relevante missão de coordenador da geografia do Brasil, com a profícua cooperação dos serviços militares e dos demais serviços oficiais. A cooperação, porém, de geógrafos é por bem dizer diminuta e a quase totalidade dos geógrafos da Divisão de Geografia tem sido recrutada nas faculdades de Filosofia, tornando-se mister, quase sempre, “um estágio de treinamento no Conselho Nacional de Geografia, para que os geógrafos vindos das faculdades se integrem na profissão”. É de esperar, assim, resultados otimistas com a prática da resolução do mesmo Conselho, autorizando a respectiva Secretaria-Geral a admitir como estagiários para a Divisão de Geografia alunos do curso de Geografia das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Cumpre também aludir aqui, à feliz iniciativa de promover acordos ou convênios com os governos dos estados através dos órgãos regionais, para a elaboração, com pequeno dispêndio, de mapas municipais, servindo-se para êste fim do valioso cabedal

cartográfico obtido fotogrametricamente, existente nos arquivos dos órgãos técnicos do referido Conselho.

Muito haveria a explanar no tocante aos preciosos trabalhos do Instituto, porém essas explicações seriam inoportunas, pois a ocasião não as comporta. Devo cingir-me, principalmente, a agradecer os bondosos conceitos aqui formulados sobre a minha inexpressiva individualidade pela nímia generosidade do ilustre contra-almirante RIBEIRO ESPÍNDOLA, ibgeano autêntico, perfeitamente identificado com o Instituto ao qual vem prestando os seus apreciados serviços desde a sua fundação.

Inspientes, certo, do valor e dos recursos modernos da Estatística, chamaram de "poeta" a V. Ex.^a, bem como a outros estatísticos entusiastas e convictos, como se a Estatística fôra uma fantasia. O idealismo é, porém, uma virtude fecunda; e, no conceito de PLATÃO, o ideal tem uma realidade objetiva: é a idéia do Belo, do Bem e da Verdade. Podemos ter perfeitamente os pés firmes na terra e a frente voltada para o alto. É precisamente de idealismo que carecemos numa instituição desta magnitude, pois, sem ao menos uma parcela de ideal, não sei se haverá construção que resista ao tempo e atinja o esplendor sonhado pelos seus artífices.

Alenta-me, senhor contra-almirante ESPÍNDOLA, a esperança de que a minha administração, não venha, de todo, desmerecer da confiança do eminente presidente GETÚLIO VARGAS, mercê da eficiente cooperação dos meus dignos colaboradores. A estes não farei nenhum apêlo nesse sentido, pois tal apêlo importaria um insulto. Trata-se de homens de cultura, que aprimora e dignifica o espírito, dotados de acendrado civismo, compenetrados dos seus deveres perante o Instituto e perante a Pátria. Nutro, sim, a

segurança de contar com a sua eficaz cooperação, para continuarmos a manter bem alto o respeito, o prestígio e a simpatia de que goza esta grande instituição na opinião pública, respeito, prestígio e simpatia de que jamais decaiu e que tendem a dilatar-se, quer no Brasil, quer no exterior, pelos excelentes resultados de seu admirável trabalho".

Os atos do presidente da República, exonerando o general DJALMA POLLI COELHO do cargo de presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e nomeando o desembargador FLORÊNCIO DE ABREU para substituí-lo, são do seguinte teor:

"O Presidente da República resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO:

De acôrdo com o artigo 10, § 1.º, item I, do decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, alterado pelo artigo 1.º do decreto-lei n.º 218, de 26 de janeiro de 1938.

Tendo em vista o que consta do processo S.N. do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores,

Ao general de divisão técnico DJALMA POLLI COELHO, das funções de presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

NOMEAR:

De acôrdo com o artigo 10, § 1.º, item I, do decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, alterado pelo artigo 1.º do decreto-lei n.º 218, de 26 de janeiro de 1938.

O desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, FLORÊNCIO CARLOS DE ABREU E SILVA, para exercer as funções de presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vago em virtude da exoneração do general de divisão técnico DJALMA POLLI COELHO.